

Chegou a hora e vez do Amapá. A nova fronteira energética do Brasil.

Wilson Pereira de Lima Filho¹

1.0 - Introdução

Durante os meses de dezembro de 2025 e março de 2026, tive a oportunidade ímpar de participar de dois simpósios na cidade de Macapá, ambos organizados pela Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Amapá), em louvável iniciativa. Naquelas ocasiões pude bem conhecer Macapá e o Porto de Santana. Fiquei surpreso com o que vi, já que não havia conhecido anteriormente aquele Estado.

Macapá uma capital estruturada com uma beleza atípica, mas sobretudo, com pessoas hospitaleiras e com uma extrema simpatia, o que contrasta com o elevado nível de pobreza que caracteriza esta Unidade da Federação. Razões que a deixam com a vigésima quinta posição no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH²) das capitais brasileiras, levando-se em conta os 27 estados, inclusive o Distrito Federal.

Neste trabalho, procurarei, inicialmente, apresentar um uma visão holística do Estado do Amapá, abrangendo, de forma sucinta, aspectos de sua história, características geográficas, economia, e em sequência, abordarei componentes relacionados à força política do estado e seu posicionamento estratégico. Contudo, o foco principal desta abordagem está voltado para a oportunidade ímpar que a exploração de petróleo na Margem Equatorial poderá trazer e trará para esta valente Unidade da Federação.

2.0 - Conhecendo o Amapá

Ao nos debruçarmos sobre a história do Amapá, como é de conhecimento geral, mesmo antes da chegada dos europeus, a região já era ocupada por povos indígenas como os Palikur, Maracá-cunani e Tucuju. As primeiras incursões europeias na área ocorreram no fim do século XV, quando Vicente Yáñez Pinzón navegou pela região amazônica, em 1499.

¹ O autor é Vice-almirante da Reserva da Marinha do Brasil, exerce o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Tendo exercido os cargos de Presidente do Tribunal Marítimo, Diretor de Portos e Costas e Capitão dos Portos dos Estados de Alagoas e do Rio de Janeiro. **O teor deste artigo é de lavra exclusiva do autor, não expressando o posicionamento de quaisquer instituições governamentais.**

² IDH é uma medida internacional criada pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), que avalia a qualidade de vida em três pilares: saúde, educação e renda,

Em 1637, a Coroa espanhola³ doou a região a Bento Maciel da Costa, fato que reforçou a presença portuguesa na área. No período Pombalino⁴, Portugal buscou consolidar sua presença na Amazônia por meio da fundação de núcleos de povoamento. Nesse contexto, surgiram a Vila de São José de Macapá, em 1758, e a Vila de Nova Mazagão, em 1770. Nessa época, data a construção da Fortaleza de São José de Macapá, às margens do rio Amazonas, que é a maior fortificação colonial do Brasil. A fortificação foi fundamental para a defesa portuguesa na Amazônia. Macapá se tornou o principal centro da região, especialmente por sua posição estratégica às margens do Rio Amazonas.

No século XX, por razões estratégicas, econômicas e militares, o governo federal criou o Território Federal do Amapá, em 13 de setembro de 1943, durante o governo Getúlio Vargas. Com a Constituição de 1988, o Amapá foi elevado à categoria de Estado. Após se tornar Estado em 1991, o Amapá passou por um processo de consolidação institucional, crescimento populacional e alguma diversificação econômica, mas continuou enfrentando fortes limitações na área de infraestrutura e dependência do setor público.

Geograficamente, o Amapá se localiza no extremo norte do Brasil, na Região Norte, e faz fronteira com o Pará, a Guiana Francesa e o Suriname. Além disso, é banhado pelo Oceano Atlântico, com clima equatorial superúmido, rios abundantes e grande cobertura de floresta amazônica e manguezais. O relevo, notadamente, é dominado por terras baixas, com exceção de áreas do Planalto das Guianas, especialmente na Serra do Tumucumaque, onde está o ponto mais elevado do Estado. A rede hidrográfica é um dos traços mais importantes do estado, com rios caudalosos e navegáveis, usados como transporte e fonte de pesca. Entre os mais citados estão o Amazonas, o Oiapoque, o Jari e o Araguari.

3.0 - A Força Política do Amapá

O Amapá tem um peso político acima do que sua população sugeriria, inclusive concentra a Presidência do Senado nas mãos de um Senador amapaense, Davi Alcolumbre. Possui uma bancada federal pequena, mas com forte influência em pautas amazônicas e orçamentárias. Mesmo com cerca de 806 mil habitantes em 2025, o Amapá possui uma grande visibilidade no Congresso Nacional por causa de seus três

³ Na época, regia a União Ibérica (1580–1640). Período de 60 anos em que as coroas de Portugal e Espanha foram unificadas sob o domínio dos reis espanhóis, após uma crise sucessória portuguesa.

⁴ O Período Pombalino (1750-1777) foi marcado pela administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, sob o reinado de D. José I em Portugal.

senadores, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto e com a centralidade do Presidente Davi Alcolumbre na articulação legislativa nacional.

A bancada federal amapaense é pequena, mas isso não significa fraqueza, muito pelo contrário. Na prática, o Amapá é a prova de que Estados geograficamente pequenos podem ganhar notoriedade quando seus líderes são ativos e ocupam posições-chave no Congresso ou no Governo Federal, como ocorre hoje com o Estado.

A Margem Equatorial é a nova fronteira petrolífera associada ao litoral do Amapá, com reservas estimadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na ordem de 30 bilhões de barris de petróleo ou equivalente, havendo forte interesse da Petrobras e do Governo Federal. O Ibama autorizou em 2025 a perfuração de um poço de prospecção na área, o que colocou o tema no centro da agenda política e ambiental.

Politicamente, o assunto se transformou intenso fórum de debates entre o desenvolvimento regional, a ambição fiscal e a “bandeira” da preservação ambiental. O argumento de muitos atores locais é de que o Amapá pode combinar proteção ambiental com renda, empregos e investimentos, enquanto outros críticos, alguns despreparados alertam, para riscos ecológicos e para a complexidade do licenciamento.

Na prática, isso significa que o Amapá ganha poder, pois se tornará indispensável em debates nacionais sobre a Amazônia e o petróleo, ao mesmo tempo em que o tema aumenta a eterna polarização entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

4.0 - A Atividade Portuária no Estado

A atividade portuária no Amapá, desde o século XIX, tem sua história ligada à extração de minério e ao transporte fluvial-marítimo pelo Rio Amazonas, mas se consolidou mesmo no século XX com a criação de portos organizados, sobretudo o Porto de Santana, que hoje é o principal eixo logístico do estado. Ao longo do tempo, o papel dos portos passou de apoio local para exportação de minério e, mais recentemente, para porta de entrada e saída de comércio internacional e de equipamentos para o setor de petróleo da Margem Equatorial.

Já no século XIX e início do XX, o Amapá usava as margens do Amazonas como via principal de transporte, com pequenos atracadouros e embarcações que movimentavam mercadorias e produtos locais. Com a criação do projeto ICOMI⁵, na

⁵ A Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) foi uma empresa brasileira, atuante entre 1957 e 1998, responsável pela exploração de manganês em Serra do Navio, Amapá, marcando o primeiro grande projeto de mineração intensiva na Amazônia.

Serra do Navio (a partir da década de 1930-1950), tornou-se necessário um porto para escoar manganês e outros minérios, dando origem a estruturas portuárias mais organizadas ligadas à mineração.

O Porto de Santana, a cerca de 17 km de Macapá, foi construído a partir da década de 1980 com a meta inicial de atender ao fluxo de mercadorias entre o Amapá e o Pará. Em dezembro de 2002, foi instituída a Companhia Docas de Santana (CDSA), empresa pública que passou a gerir o porto e expandir sua capacidade, tornando-o o maior terminal marítimo do estado.

A partir de 1995, o porto de Santana passou a ser central para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), estimulando a importação de mercadorias, com o emprego do porto como centro de distribuição regional. Na virada do século, o fluxo de contêineres caiu, mas isso impulsionou discussões sobre a criação da Zona Franca Verde⁶, pensada para atrair investimentos sustentáveis.

Nos últimos anos, o Porto de Santana ganhou projeção internacional: em 2025, surgiu uma rota direta entre Santana e a China, com navios de cargas vinculados à nova logística da região e à implantação de complexos de petróleo e gás. Hoje, o porto é descrito como uma das principais rotas marítimas da Amazônia e uma peça-chave para conectar o Amapá ao mercado global.

O impacto econômico atual do Porto de Santana é muito forte, de modo que, hodiernamente, funciona como o principal corredor logístico do Estado, movimentando milhões de toneladas de cargas por ano, criando empregos e elevando receitas, tanto para o setor público, quanto para empresas privadas.

O crescimento recente na movimentação de grãos, minérios e importações fortaleceu o papel do porto como peça-chave da economia amapaense e do chamado “Arco Norte” brasileiro, que além de ligar o interior do país ao mar, vem atraindo investidores interessados em importar máquinas, equipamentos e insumos para o Amapá, aproveitando localização estratégica próxima à foz do Amazonas e incentivos da Zona Franca Verde.

O governo do Estado prevê que o porto venha a se tornar uma base logística para o setor de petróleo e gás da Margem Equatorial, movimentando materiais, módulos

⁶ A **Zona Franca Verde**, criada em 2005, é um incentivo federal que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) empresas em Áreas de Livre Comércio na Amazônia que utilizam matéria-prima regional (vegetal, animal ou mineral). Abrange ALCs sob jurisdição da Suframa, como Macapá/Santana (AP), Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Brasília e Cruzeiro do Sul (AC).

industriais e suprimentos, o que pode ampliar ainda mais seu impacto econômico na próxima década.

5.0 – O Amapá e a Margem Equatorial

Durante décadas, o Amapá foi um dos Estados brasileiros mais isolados economicamente, com baixa industrialização e infraestrutura limitada. No entanto, o cenário começa a mudar à medida em que o Brasil volta seus olhos para a Margem Equatorial, uma das últimas grandes fronteiras exploratórias de petróleo do país.

Situada no litoral norte, entre o Amapá e parte do Pará, a Margem Equatorial se estende até o litoral do Rio Grande do Norte, cuja região é hoje o foco de intensos debates que misturam oportunidades econômicas, desafios ambientais e disputas políticas sobre o futuro da matriz energética brasileira.

A Margem Equatorial é considerada pelos especialistas uma das áreas mais promissoras do mundo para novas descobertas de petróleo. A geologia semelhante à da costa da Guiana e do Suriname — países vizinhos que recentemente tiveram grandes achados de óleo leve — reforça o otimismo do setor. A possibilidade de repetir aqui o sucesso do pré-sal em uma nova região atrai o interesse de empresas e governos. E o Amapá, não pode ficar à margem dessas oportunidades, e na verdade deve, sobretudo, se tornar o protagonista.

Importante ressaltar a atuação proativa da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (Agência Amapá⁷) junto com outras entidades governamentais e privadas, empenhando-se em diversas ações para fomentar e preparar o Estado para a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Dentre as atividades preliminares, resalto a realização de estudos geológicos e geofísicos para identificar potenciais áreas com reservas de petróleo, o acompanhamento da avaliação ambiental, garantindo que a exploração seja feita de forma sustentável. (Fonte: Agencia Amapá)

Estão, também, em andamento no Estado, programas de capacitação para formar profissionais locais em áreas relacionadas à exploração e produção de petróleo, incluindo parcerias com Universidades para o desenvolvimento de pesquisas e o aprimoramento na formação técnica, nas áreas de conhecimento afetas à atividade.

⁷ A Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá é um órgão governamental responsável por fomentar o crescimento econômico, atrair investimentos e apoiar o empreendedorismo no estado.

Em adição, a Agência também busca criar incentivos fiscais e condições favoráveis para atrair empresas do setor petrolífero, envidando esforços constantes para a melhoria na logística de transporte e distribuição de equipamentos e produtos relacionados ao petróleo, cujos investimentos em infraestrutura (portos, estradas e instalações portuárias) serão fundamentais para a preparação de um “Novo Amapá”, que abarcará uma logística complexa decorrente da exploração de petróleo na Margem Equatorial. Essas ações visam não apenas preparar o Amapá para a exploração de petróleo, mas também garantir e que essa atividade traga benefícios econômicos e sociais para a região, minimizando impactos ambientais.

Dentro deste contexto, em que o Amapá clama por novas instalações portuárias, sendo o foco o apoio à exploração de petróleo (Navegação de Apoio Marítimo), o ideal é o estabelecimento de novos “eixos logísticos”, incluindo novos terminais. Santana continua sendo o candidato mais forte pela estrutura existente. Contudo, no litoral norte, a construção de terminais em Oiapoque e/ou Calçoene fazem mais sentido como áreas complementares de apoio em terra, porém, ainda há muito o que se estudar, planejar e decidir, mas o tempo urge!

No início do mês de maio de 2026, tive a oportunidade de participar da Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, EUA. Para minha grata surpresa, lá estava mais uma vez presente a Agência Amapá, apresentando as potencialidades do Estado. A Agência protagonizou vários eventos, em que foram divulgadas as inúmeras oportunidades que estão no porvir. A título de curiosidade, a palestra de abertura da OTC foi realizada pelo Presidente da Guiana, Irfaan Ali. Ele destacou a ascensão do país como um importante produtor de energia e o crescimento econômico acelerado a partir das descobertas de petróleo. Esperamos que guardadas as devidas proporções, este seja, também, o futuro do nosso Amapá.

Para o Amapá, o início das operações representa uma chance histórica. O estado tem um dos menores PIB do país e depende fortemente do setor público. A chegada da indústria do petróleo pode estimular a construção de portos, estradas, bases logísticas e a formação de mão de obra especializada, fomentando uma cadeia produtiva que se estende da capital, Macapá, até áreas rurais e costeiras, gerando empregos, desenvolvimento e rendas para as populações circunvizinhas. Além disso, royalties e participações especiais podem fortalecer financeiramente o governo estadual e os municípios litorâneos.

Contudo, esse avanço não virá sem desafios. A exploração em águas profundas e sensíveis exige rigorosos cuidados ambientais, especialmente pelas características únicas da região. O Amapá está inserido no bioma amazônico e abriga áreas de preservação como o Parque Nacional do Cabo Orange, contando com as comunidades tradicionais e povos indígenas. Esse mosaico ecológico e social exige uma abordagem mais equilibrada, conjugando desenvolvimento econômico com proteção ambiental e social.

Enquanto uns veem no petróleo um motor para o progresso regional, outros alertam para o risco de impactos irreversíveis sobre ecossistemas e modos de vida. A primeira opção deve ser a vitoriosa e é necessário garantir que o Amapá não seja apenas “território de passagem” para as riquezas, mas que se torne seu beneficiário efetivo.

Um caminho possível é investir na exploração de hidrocarbonetos e ao mesmo tempo, na transição energética com foco em energias limpas e na inovação. As receitas do petróleo podem financiar políticas de sustentabilidade, energias renováveis e pesquisas científicas. O fortalecimento de universidades, centros tecnológicos e programas de capacitação local, preparando o Amapá não apenas para explorar o petróleo, mas também para liderar a transição para um modelo de baixo carbono. Assim, o petróleo seria uma alavanca — não um obstáculo — para o futuro verde da região.

Do ponto de vista geopolítico, a Margem Equatorial coloca o Amapá no mapa estratégico do Brasil, ao consolidar sua presença na fronteira Norte, reforçando a nossa soberania em área próxima à Guiana Francesa e às grandes rotas atlânticas. Essa nova relevância pode transformar o Estado do Amapá em um polo logístico e energético, ligando a Amazônia ao Atlântico e ao mercado global.

6.0 – Considerações Finais

Neste trabalho, pudemos avaliar o posicionamento estratégico do Amapá. Assim, em minhas conclusões julgo essencial sublinhar características que considero como “Fatores de Força⁸” sob diversos aspectos, especialmente:

- 1) Posicionamento geográfico privilegiado;

⁸ O Fator de Força, aplicado em sentido figurado é um conceito multidimensional que vai além do simples número de equipamentos que se dispõe. Ele abrange a capacidade de um Estado de projetar suas capacidades, sustentar um empreendimento e alcançar seus objetivos estratégicos.

- 2) Hidrografia abundante e favorável;
- 3) Proximidade estratégica da Margem Equatorial;
- 4) Estado prioriza a energia limpa, com inúmeras hidrelétricas;
- 5) Porto de Santana passível de expansão;
- 6) Possibilidade de construir terminais em outras áreas do estado, como Oiapoque e Calçoene a título de exemplo;
- 7) Estado com força política;
- 8) Comprometimento e empenho do próprio Governo do Amapá;
- 9) Vontade popular guiada fortemente pela possibilidade de retirar o Estado da linha de pobreza; e
- 10) Existência de uma Agência governamental focada nas ações de governo para o fomento do desenvolvimento econômico do Estado (Agência Amapá).

O Amapá chega a um momento decisivo. Após séculos de isolamento, pode finalmente ocupar um papel central na economia nacional. Entretanto, a exploração da Margem Equatorial precisa ser feita com planejamento, transparência e responsabilidade ambiental. O que é plenamente possível. O desenvolvimento sustentável deve ser o “Norte desta navegação”, e, se conduzido de forma prudente, o novo ciclo do petróleo pode impulsionar novas infraestruturas, gerar empregos, renda e promover inclusão social, sem comprometer a riqueza natural que faz do Amapá um dos Estados mais singulares do Brasil.

Chegou, enfim, a vez do Amapá, uma das mais pobres Unidades da Federação se desenvolver em diversas áreas, quais sejam infraestrutura, economia, educação, geração de empregos, energia, preservação do meio ambiente, entre diversas outras oportunidades de ouro que deverão surgir no “Novo Amapá”.

Nesse sentido, caberá aos líderes, aos formadores de opinião, aos cidadãos amapaenses e, também, a todos os segmentos do Poder Nacional, especialmente, o Governo Federal e o Congresso Nacional atingir este desidrato, de forma sinérgica, acompanhado de equilíbrio, perseverança, respeito e visão de futuro. **É plenamente possível a convivência harmônica entre o progresso e a preservação do meio ambiente.** O Estado Brasileiro por intermédio das Autoridades Ambientais e da própria Autoridade Marítima Brasileira possui todos os instrumentos para fiscalizar a ocorrência

de eventuais não conformidades. O importante é que deixemos passar esta oportunidade, pois o Amapá precisa e está com pressa.

Bibliografia

1) Click Petróleo e Gás. (2025). "Petróleo da Margem Equatorial no Amapá: nova receita estatal".** Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/petroleo-da-margem-equatorial-no-amapa-nova-receita-estatal-promete-financiar-infraestrutura-pr..> Artigo sobre o anúncio do governador Clécio Luís na COP30, destacando investimentos em infraestrutura

2) Governo Federal (MDR). (2025). "Margem Equatorial pode transformar Amapá em polo energético". Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/margem-equatorial-pode-transformar-Amapa-em-polo-energetico>.

3) Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). "Margem Equatorial". PDF disponível em: <https://www.ibp.org.br/media/21a-margem-equatorial.pdf>.

4) Milani, E. J., & Zalán, P. V. (1999). Anais do Simpósio sobre as Bacias Sedimentares Brasileiras. Série Geologia Regional, CPRM.

5) Petrobras & SGB. (2024). "Estudos geológicos da Margem Equatorial".** Relatório técnico do Serviço Geológico do Brasil (SGB)

6) Rezende, M. F. R. (2018). Petróleo e Gás Natural no Brasil: História e Perspectivas. Editora Synergia. Analisa o potencial energético da Margem Equatorial e impactos regionais no Norte brasileiro, incluindo o Amapá

7) Silveira, V., et al. (2024). "Margem Equatorial Brasileira: Uma breve análise". *Anais do CONTECC 2024.

8) Young, A. F., et al. (2025). "Alternativas para o desenvolvimento sustentável do Amapá". **Jornal dos Economistas.**